

ANEXO VIII – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/20__

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 081/2026
PREGÃO PRESENCIAL Nº 032/2026**

Aos ____ dias do mês de ____ de 2026, o **MUNICÍPIO DE LAJEADO GRANDE**, com sede na Rua Vitória 503, Centro, na cidade de Lajeado Grande/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 95.993.077/0001-16, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. _____, inscrito no CPF sob o nº _____, doravante denominado **ÓRGÃO GERENCIADOR**, e inscrito(a) no CNPJ sob o nº, sediado(a) na, em, neste ato representada pelo(a) Sr.(a), inscrito no CPF nº, doravante designado de **FORNECEDOR REGISTRADO**, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 081/2026, Edital de Pregão Presencial nº 032/2026, e em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021, da Lei Complementar nº 123/2006 e 147/2014, Decreto Municipal nº 082/2021, resolvem celebrar a presente Ata de Registro de Preços, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO.

1.1 O objeto do presente termo é o **registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para fornecimento de alimentos do tipo coffee break para consumo durante eventos realizados pelas secretarias municipais de Lajeado Grande**, conforme condições, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência, anexo do Edital.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade e as demais condições ofertadas na proposta, são as listadas no quadro a seguir:

Item	Objeto	Marca	Unid.	Quant.	Preço unitário máximo	Total
1	Beijinho, no mínimo 20g: docinho feito à base de leite condensado, creme de leite e coco ralado, envolto em coco ralado. Embalado em forminhas. Produzido no dia.		Unid.			
2	Bolacha caseira de açúcar mascavo com cobertura de chocolate. Embalagem: bandeja de isopor. Produzida no dia.		Kg			
3	Bolacha caseira de manteiga envolta em chocolate preto ou branco. Embalagem: bandeja de isopor. Produzida no dia		Kg			
4	Bolacha caseira de manteiga. Contem glúten. Embalagem: bandeja de isopor. Produzida no dia		Kg			
5	Bolacha caseira: fabricada a base de farinha de trigo e polvilhada com açúcar cristal. Embalagem: bandeja de isopor. Produzida no dia.		Kg			
6	Bolacha de fubá: fabricada a base de farinha de trigo e farinha de milho.		Kg			

Processo Administrativo nº 081/2026

Pregão Presencial para Registro de Preços nº 032/2026

	Embalagem: bandeja de isopor. Produzida no dia					
7	Bolinha de queijo, no mínimo 20g: salgado a base de massa cozida e frita com recheio de queijo. Produzido no dia.		Unid.			
8	Bolo de cenoura caseiro: com cobertura de chocolate. Produzido no dia.		Kg			
9	Bolo de coco caseiro: com massa de coco e cobertura de beijinho. Produzido no dia.		Kg			
10	Bolo de fubá com goiabada caseiro: bolo feito à base de farinha de milho. Produzido no dia		Kg			
11	Bolo de laranja caseiro sem cobertura. Produzido no dia.		Kg			
12	Bolo de milho caseiro: bolo feito à base de farinha de milho. Produzido no dia		Kg			
13	Bolo formigueiro caseiro: bolo caseiro de massa branca com granulados. Produzido no dia		Kg			
14	Bolo nega maluca caseira com cobertura de chocolate: bolo a base de chocolate/cacau em pó. Produzido no dia.		Kg			
15	Bolo pão de ló caseiro: bolo fofo a base de ovos, com recheio de doce de leite, nozes, nata, frutas a escolher. Produzido no dia.		Kg			
16	Bolo recheado com sabores de frutas, pêsego, abacaxi, ameixa, ou doce de leite, cocô, creme com nozes, leite condensado, chocolate, bombom a escolher. Produzido no dia		Kg			
17	Bolo salgado de frango: recheio de frango com tomate, queijo e milho. Produzido no dia.		Kg			
18	Bolo salgado, com ervilha, milho, presunto, tomate e queijo. Produzido no dia.		Kg			
19	Brigadeiro, no mínimo 20g: docinho feito à base de leite condensado, creme de leite e cacau. Envolto em granulado de chocolate preto. Embalado em forminhas. Produzido no dia.		Unid.			
20	Casadinho (dois amores), no mínimo 20g: docinho feito à base de leite condensado, creme de leite e cacau; metade de massa branca e metade de massa preta, envolto em açúcar. Embalado em forminhas. Produzido no dia.		Unid.			
21	Coxinha, no mínimo 20g: salgado a base de massa cozida e frita com recheio sabor de frango. Tamanho pequeno. Produzido no dia.		Unid.			
22	Cuca alemã, no mínimo 750g: pão fermentado com cobertura a base de açúcar com manteiga. Sabores: doce de		Unid.			

Processo Administrativo nº 081/2026

Pregão Presencial para Registro de Preços nº 032/2026

	leite, chocolate, abacaxi, coco, uva ou morango. Produzido no dia					
23	Cuca rápida: espécie de bolo com cobertura a base de farofa feita com manteiga e açúcar, sabores: doce de leite, chocolate, abacaxi, coco, uva ou morango. Produzido no dia.		Kg			
24	Cuquinha: guloseima feita a base de massa de pão doce enrolada e recheada com leite condensado e coco, assada. Produzido no dia		Kg			
25	Enroladinho a base de pão assado com salsicha, queijo e orégano. Tamanho pequeno. Produzido no dia.		Kg			
26	Esfirra, no mínimo 25g: espécie de pastel assado com recheio de frango, carne, calabresa ou presunto e queijo, a escolher. Tamanho pequeno. Produzido no dia		Unid.			
27	Grostoli fofo com açúcar: feita a base de massa doce frita polvilhada com açúcar refinado, de boa qualidade. Produzido no dia.		Kg			
28	Grostoli sequinho: feita a base de massa doce frita com açúcar. Produzido no dia		Kg			
29	Mini cachorro quente, no mínimo 150g: salgado preparado com mini pão sovado/hot dog, com salsicha em rodelas ao molho de tomate e batata palha. Produzido no dia.		Unid.			
30	Mini churros, no mínimo 20g: doce a base de massa cozida e frita com recheio de doce de leite e cobertura de chocolate preto. Produzido no dia.		Unid.			
31	Mini enroladinho, no mínimo 30g: salgado a base de massa cozida com recheio de salsicha, frito, de boa qualidade. Produzido no dia.		Unid.			
32	Mini pão de queijo assado. Produzido no dia		Kg			
33	Mini pizza, no mínimo 60g: característica gerais: farinha de trigo enriquecido com ferro/ ácido fólico, água, queijo, banha, açúcar, sal, fermento, colorau, caldo de galinha e cebola. Sabores: bacon, calabresa, frango, presunto e queijo. Produzido no dia.		Unid.			
34	Nozinho/amarra-marido: feito à base de massa de pão doce e especiarias em formato de nó, frito, caramelizado com leite condensado e coco. Produzido no dia.		Kg			
35	Palito salgado: salgado frito, crocante, em formato de palitos. Produzido no dia		Kg			
36	Pastel bolha, no mínimo 25g: pastel tradicional com recheio de carne, frango,		Unid.			

Processo Administrativo nº 081/2026

Pregão Presencial para Registro de Preços nº 032/2026

	a escolher, tamanho pequeno. Produzido no dia.					
37	Risoles, no mínimo 25g: pastel de massa cozida frito, com recheio de carne, frango a escolher, de boa qualidade, tamanho pequeno. Produzido no dia.		Unid.			
38	Sanduiche a base de pão sovado, presunto, tomate e queijo. Produzido no dia. No mínimo 100g		Unid.			
39	Sanduíche natural: 02 fatias de pão fatiado branco com recheio de frango cremoso, tomate e alface. Produzido no dia. No mínimo 200g.		Unid.			
40	Sonho de doce de leite ou chocolate: feito à base de massa de pão frito, recheado, com recheio de doce de leite ou chocolate, a escolher, envolto no açúcar, de boa qualidade de tamanho médio. Produzido no dia.		Kg			
41	Torta fria, bolo a base de pão de forma com untado e coberto com maionese, recheado com cenoura, frango, legumes, ervilha, milho, tomate. Produzido no dia		Kg			

2.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA.

3.1 O prazo de vigência da ata é de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura, podendo ser prorrogado por igual período conforme art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

3.2 Os quantitativos originalmente registrados poderão ser renovados por meio de termo aditivo, conforme prejulgado 2526 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

CLÁUSULA QUARTA – DA ENTREGA/EXECUÇÃO

4.1 A entrega dos lanches será de forma parcelada, conforme a necessidade, diretamente no local do evento, conforme a programação de cada secretaria.

4.2 A entrega e fabricação dos produtos deve obedecer às seguintes condições:

4.2.1 Os bolos, cucas, gostolis, nozinhos, entre outros, devem ser fabricados no dia, ou com um prazo máximo de 8 horas que antecedem a entrega, para manterem-se frescos. Caso os mesmos apresentem aparência e consistência dura, murcha ou gordurosos em demasia, serão devolvidos e não pagos. Na entrega deverão estar acondicionados em formas de papelão ou isopor, isolados, contendo a data de fabricação e os ingredientes utilizados.

4.2.2 Os pasteis, coxinhas, pão de queijo, poderão ter fabricação com prazo maior, porém deverão ser fritos e assados no dia do consumo, de forma a manter o calor durante a entrega. Na entrega deverão estar acondicionados em embalagem de papelão com tampa.

Processo Administrativo nº 081/2026

Pregão Presencial para Registro de Preços nº 032/2026

4.2.3 A torrada e sanduíches, deverão ser montados no dia, de forma a estarem frescos e quentes. Na entrega deverão estar acondicionados em embalagem individuais de papel.

4.3 As licitantes deverão estar preparadas para entregar pequenas quantidades, não sendo objeto de questionamento posterior qualquer pedido efetuado, inclusive no que diz respeito a quantidade mínima e dilatação de prazo de entrega.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1 São obrigações do Órgão Gerenciador:

- 5.1.1 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 5.1.2 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços executados de acordo com a necessidade e especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 5.1.3 Comunicar ao fornecedor registrado, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 5.1.4 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do fornecedor registrado, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 5.1.5 Efetuar o pagamento ao fornecedor registrado no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos, observada a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, nos termos do art. 141 da Lei nº 14.133/2021;

5.2 São Obrigações do fornecedor registrado:

- 5.2.1 O fornecedor registrado deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- 5.2.2 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal de serviço;
- 5.2.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 5.2.4 Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução da ata;
- 5.2.5 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto da ata em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados;
- 5.2.6 Comunicar ao órgão gerenciador, imediatamente após o recebimento da autorização de fornecimento, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 5.2.7 Manter, durante toda a execução da ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 5.2.8 Indicar preposto para representá-la durante a execução da ata;
- 5.2.9 Cumprir com a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, além de atender às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213/1991.

Processo Administrativo nº 081/2026

Pregão Presencial para Registro de Preços nº 032/2026

5.3 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo fornecedor registrado com terceiros, ainda que vinculados à execução da presente contratação, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do fornecedor registrado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1 O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, sempre após a realização das entregas.

6.2 Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal quando o órgão gerenciador atestar a execução do objeto da ata.

6.3 A Nota Fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 Lei nº 14.133/2021.

6.4 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que o fornecedor registrado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o órgão gerenciador.

6.5 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.6 A nota fiscal deverá estar acompanhada dos documentos que comprovem a sua regularidade fiscal.

6.7 Constatando-se a situação de irregularidade do fornecedor registrado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do órgão gerenciador.

6.8 Os pagamentos realizados serão efetuados em consonância com a Instrução Normativa RFB nº 1.234 de janeiro de 2012, devendo o fornecedor registrado observar as seguintes condições:

- a) Os documentos fiscais deverão ser emitidos com observância às regras de retenção dispostos na Instrução Normativa RFB nº 1.234 de janeiro de 2012, sob pena de não aceitação.
- b) O fornecedor registrado deverá indicar no campo "observação" do documento fiscal sua condição de imunidade, isenção e/ou dispensa com o respectivo amparo legal;

PARAGRAFO ÚNICO – Na ausência de informações sobre a condição de imunidade, isenção e/ou dispensa de que trata o "item b" o pagamento será processado observando-se as regras de retenção dispostos na Instrução Normativa RFB nº 1.234 de janeiro de 2012.

Processo Administrativo nº 081/2026

Pregão Presencial para Registro de Preços nº 032/2026

6.9 O município de Lajeado Grande terá o prazo de 05 (cinco) dias, a contar da apresentação do documento fiscal para aceitá-lo ou rejeitá-lo.

6.10O documento fiscal não aprovado pelo município de Lajeado Grande será devolvido ao fornecedor registrado para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo estabelecido no item 6.9, a partir da data de sua reapresentação.

6.11A devolução do documento fiscal não aprovado pelo município de Lajeado Grande em hipótese alguma servirá de pretexto para que a empresa suspenda os fornecimentos.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

7.1 Após a homologação o licitante vencedor será convocado para assinar a Ata de Registro de Preço, dentro do prazo de 2 (dois) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Termo.

7.2 O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1(uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte, durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

7.3 Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar a Ata de Registro de Preço no prazo e nas condições estabelecidas neste Termo, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do Registro de Preço nas condições propostas pelo licitante vencedor.

7.4 O preço registrado é preço unitário.

7.5 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar a Ata de Registro de Preço, no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas, previstas neste edital, e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão licitante.

7.6 A inexecução contratual ensejará a extinção do instrumento contratual e/ou o cancelamento do registro de preços da DETENTORA DA ATA, nos termos da Capítulo VIII, da Lei n. 14.133/2021, nos seguintes modos:

7.6.1 Determinada por ato unilateral e escrito da Administração exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

7.6.2 Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

7.6.3 Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

7.7 O descumprimento, por parte da DETENTORA DA ATA, de suas obrigações legais e/ou contratuais assegura a esta Administração direito de extinguir o instrumento contratual e de cancelar a ata de registro de preços a qualquer tempo, independentemente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.

7.8 O cancelamento unilateral, com fundamento no inciso I do art. 138 e art. 139 da Lei n. 14.133/2021, sujeitará a DETENTORA DA ATA à multa rescisória de até 10% (dez por cento) sobre o

Processo Administrativo nº 081/2026

Pregão Presencial para Registro de Preços nº 032/2026

valor atualizado do item acerca do qual foi verificado o descumprimento por parte da DETENTORA DA ATA, independentemente de outras penalidades.

7.9 Na aplicação das penalidades serão admitidos os recursos previstos em lei, observando-se o contraditório e a ampla defesa.

7.10 No caso de desistência de fornecimento, ocorrerá o cancelamento da Ata de Registro de Preços, sujeitando-se a DETENTORA DA ATA às sanções administrativas pertinentes.

7.11 Caracterizada a inexecução e constatado o prejuízo ao interesse público, esta Administração poderá aplicar à DETENTORA DA ATA outras sanções e até mesmo iniciar o processo de extinção do instrumento contratual e de cancelamento da ata de registro de preços.

7.12 Também poderá ocorrer o cancelamento do registro de preços, por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata a saber:

7.12.1 por razão de interesse público devidamente comprovado e justificado;

7.12.2 a pedido do fornecedor.

7.13 A ata de registro de preços não será objeto de reajuste, repactuação, revisão, ou supressão ou acréscimo quantitativo ou qualitativo, sem prejuízo da incidência desses institutos aos contratos dela decorrente, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, salvo no caso de prorrogação.

7.14 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

7.15 Poderão ser emitidos contratos administrativos decorrentes da ata de registro de preços, que terão sua vigência estabelecida na forma prevista no art. 105 da Lei 14.133/2021.

7.16 Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços – SRP poderão ser alterados, observados o disposto no art. 124 da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTE/REEQUILÍBRIO

8.1 Somente será concedido reequilíbrio econômico-financeiro do preço registrado se configurada e comprovada a hipótese prevista no art.124, II, "d", da Lei n. 14.133/2021.

8.2 O pedido de repactuação deverá estar devidamente instruído com provas que evidenciem a necessidade da revisão de preço, deverá ser endereçado ao Gestor da Ata ou documento equivalente, com identificação do instrumento a que se refere.

8.3 Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou menos, conforme o caso.

8.4 Na hipótese de a DETENTORA DA ATA solicitar alteração de preço(s), terá que requerer justificadamente, apresentando documento(s) que comprove(m) sua procedência, tais como: lista de

Processo Administrativo nº 081/2026

Pregão Presencial para Registro de Preços nº 032/2026

preços de fabricantes, matérias-primas, transporte, nota fiscal de compras ou documentos similares referentes à data da apresentação da proposta e à data em que ocorreu o desequilíbrio econômico-financeiro do pactuado.

8.5 Não será apreciado o pedido de revisão de preços que não vier acompanhado de provas do desequilíbrio sofrido.

CLÁUSULA NONA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO.

9.1 Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

10.1 Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidades pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, as seguintes sanções:

- a) Advertência por escrito para faltas leves;
- b) Multa;
- c) Impedimento de licitar e contratar;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

6.1 Das multas:

6.1.1 Multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida; ou

10.2.2 Pagamento correspondente à diferença de preço decorrente de nova licitação para o mesmo fim.

10.2.3 O atraso injustificado na entrega dos materiais, sem prejuízo do disposto no item 11 deste edital, sujeitará ao fornecedor registrado à multa de mora calculada sobre o valor da obrigação não cumprida, a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estipulado, na seguinte proporção:

- a) de 0,5% (meio por cento) ao dia, para atraso de até 15 (quinze) dias corridos;
- b) superados os 15 (quinze) dias corridos, a partir do 16º a multa será de 1% (um por cento) ao dia, limitado a 30 (trinta) dias corridos e aplicada em acréscimo à do subitem "a)";
- c) após 30 (trinta) dias corridos, fica caracterizada a inexecução total, aplicando-se o disposto no item 11.1.1.1. cumulativamente a este.
- d) O material não aceito deverá ser substituído dentro do prazo fixado pela administração, que não excederá a 15 (quinze) dias, contados do recebimento da notificação.

Parágrafo único – A não ocorrência de substituição ou regularização dentro do prazo estipulado ensejará a aplicação da multa prevista no subitem "a)", considerando-se a mora nesta hipótese, a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estabelecido deste item.

10.2.3.1 As multas referidas neste Edital não impedem a aplicação de outras sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

6.2 Do impedimento de licitar e contratar:

6.2.1 Ficará impedida de licitar e contratar, nos termos do artigo 156, III da Lei 14.133/2021, pelo prazo de até 3 (três) anos, a pessoa física ou jurídica que praticar as seguintes infrações legais previstas no artigo 155:

Processo Administrativo nº 081/2026

Pregão Presencial para Registro de Preços nº 032/2026

- a) dar causa à inexecução parcial da ata que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) Dar causa a inexecução total da ata;
- c) Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- d) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- e) Não assinar o termo de contrato/ata ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- f) Ensejar o retardamento da execução ou entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- g) Apresentar declaração ou documentação falsa;
- h) Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução data;
- i) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- j) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

6.3 Da Declaração de Inidoneidade para licitar e contratar:

6.3.1 Será considerado inidôneo para licitar e contratar, nos termos do artigo 156, IV da Lei 14.133/2021, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis), a pessoa física ou jurídica que praticar as infrações legais previstas no artigo 155, incisos VIII ao XII do mesmo diploma legal:

- a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução da ata;
- b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução da ata;
- c) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

6.4 A sanção estabelecida no item 15.4. será precedida de análise jurídica, considerando reincidências de faltas, sua natureza e gravidade, e observará as regras previstas nos § 6º ao § 9º do Art. 156 da Lei 14.133/2021.

6.5 Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a autoridade que tiver proferido o ato reconsiderar sua decisão ou, no prazo de 05 (cinco) dias, encaminhá-lo devidamente informados para a apreciação e decisão superior, no prazo de 20 (vinte) dias úteis.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

6.6 O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

6.6.1 Descumprir as condições da ata de Registro de Preços;

6.6.2 Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

6.6.3 Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado e estiverem presentes razões de interesse público.

6.7 O cancelamento do Registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.

Processo Administrativo nº 081/2026

Pregão Presencial para Registro de Preços nº 032/2026

6.7.1 O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu Registro de Preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO

12.1 A fiscalização da execução do objeto será efetuada pelo Sr. XXXXXXXXXX, designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

12.2 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade do fornecedor registrado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 Lei nº 14.133/2021.

12.3 O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da ata, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

12.4 O fiscal da ata será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS CASOS OMISSOS.

13.1 Os casos omissos serão decididos pelo órgão gerenciador, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO.

14.1 Incumbirá ao órgão gerenciador providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial, de acordo com o previsto na Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO.

15.1 É eleito o Foro da Comarca de Xaxim, para dirimir os litígios que decorrerem da execução desta ata que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/2021.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente ata foi lavrada em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, foi assinado pelos contraentes.

Lajeado Grande, ___ de _____ de 2026.

Anderson Elias Bianchi

Prefeito Municipal

Fornecedor Registrado



Processo Administrativo nº 081/2026

Pregão Presencial para Registro de Preços nº 032/2026

Fiscal da Ata

Ricardo Luiz Tomé

Advogado

Testemunhas:

Denise Marocco